



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Câmara Municipal de Ribeirão Preto



Protocolo Geral nº 7476/2021
Data: 16/12/2021 Horário: 16:09
LEG -

SUBSTITUTIVO DO
PROJETO DE LEI
251/2021

DESPACHO

Nº _____

EMENTA:

DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO DE HOMENAGENS A GRUPOS OU INDIVÍDUOS RELACIONADOS AO PERÍODO ESCRAVOCRATA NO BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL0013/21GTVP

SENHOR PRESIDENTE,

Apresentamos à consideração da Casa o seguinte:

Art. 1º. Fica vedada, a partir da data de vigência desta Lei, a realização de qualquer homenagem através de denominação de logradouros públicos municipais, instalação de bustos, estátuas, monumentos e análogos, a grupos ou indivíduos que promoveram, apoiaram ou incentivaram práticas escravocratas no Brasil.

Parágrafo único. Consideram-se grupos ou indivíduos que promoveram, apoiaram ou incentivaram práticas escravocratas, os agentes sociais, individuais ou coletivos, reconhecidos historicamente, não sendo apenas detentores de escravos, mas também os defensores da ordem escravista no Brasil.



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal poderá, facultativamente, suprimir, substituir ou realocar monumentos, estátuas, placas e quaisquer homenagens a grupos ou indivíduos que tratam o artigo 1º desta Lei, já realizadas no âmbito da Administração Direta e Indireta de Ribeirão Preto.

§1º. A supressão, substituição ou realocação que façam menção aos grupos ou indivíduos dispostos no artigo 1º desta Lei será realizada mediante avaliação de viabilidade técnica, a ser regulamentada pelo Poder Executivo.

§2º. A supressão, substituição ou realocação que trata o caput deste artigo tem como finalidade o combate à discriminação e ao preconceito racial, não configurando evasão, destruição e tampouco descaracterização de bens de interesses histórico, artístico, cultural, arquitetônico ou ambiental.

§3º. O Poder Executivo poderá inserir elementos destacados e visíveis que identifiquem e tragam excertos de advertência sobre seu contexto histórico-cultural, nos monumentos, esculturas e obras artísticas que obtiverem parecer de impossibilidade de supressão a partir de análise de viabilidade técnica:

§ 4º. O Poder Executivo poderá incentivar a instalação de, monumentos, esculturas e/ou obras artísticas que promovam referências históricas das populações negra e indígena em áreas públicas.

Art. 3º. O Município de Ribeirão Preto poderá criar um conselho participativo permanente, composto pelo poder Executivo, representantes que atuam com a temática das relações raciais e organizações da sociedade civil, responsável pela análise das nomeações dos prédios e áreas públicas, monumentos, estátuas e obras artísticas.

Parágrafo único. O conselho poderá ser composto, preferencialmente, por órgãos, grupos de trabalhos e representantes que atuam com a temática das relações raciais,



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

história da escravidão, promoção da igualdade racial, enfrentamento ao racismo e patrimônio público.

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará a presente lei no que couber e for necessária à sua efetiva aplicação.

Art. 5º. As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, suplementadas, se necessário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões, 16 de dezembro de 2021.

**MANDATO COLETIVO
RAMON TODAS AS VOZES**





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo construir uma reflexão sobre os símbolos, homenagens e referências ao período da escravidão que Ribeirão Preto apresenta em seu território, sobretudo em seu espaço público.

Hoje, existe grande contribuição no campo da educação, da memória e da história que reflete sobre como nossas cidades apresentam em seu espaço público referências e homenagens a grupos sociais e indivíduos que participaram de forma ativa e protagonista durante o período escravista nas cidades, momento e tempo em que a população de origem africana e indígena sofreu inúmeras violências, exclusão e marginalização em nosso país e em nossa cidade.

Nesse sentido, o projeto de lei em questão dialoga sobre a necessidade de rompermos com a "história única" presente em nossa cidade, visto que temos a presença de homenagens e referências escravocratas, ao mesmo tempo em que não temos referências à participação, presença e atuação da população de origem africana sendo visibilizadas em nossa história, nos símbolos e monumentos nos espaços públicos.

Por fim, o projeto tem a intenção de vedar novas homenagens públicas em Ribeirão Preto que tenham cunho racista, que façam referência a grupos e a indivíduos que tiveram uma atuação no período escravista em nossa cidade.

A propositura também autoriza e incentiva como forma de combate ao racismo, à discriminação e como forma de incluir, construir pertencimento, valorizar as tradições e expressões negras em nossa cidade, que a cidade possa incentivar referências à população negra em nosso espaço público e no território



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

O Preâmbulo da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, da qual o Brasil é parte, promulgada pelo Decreto Federal nº 65.810, de 1969, afirma que "a discriminação entre os seres humanos por motivos de raça, cor ou origem étnica é um obstáculo às relações amigáveis e pacíficas entre as nações e é capaz de perturbar a paz e a segurança entre os povos, bem como a coexistência harmoniosa de pessoas dentro de um mesmo Estado".

O presente instrumento tem o condão de fomentar o resgate da história que o Brasil mantém com a população negra e nós do Mandato Coletivo Ramon Todas as Vozes, composto em sua maioria por pessoas negras, lutamos e defendemos a luta contra a discriminação racial, por nós e em respeito a luta dos nossos antepassados.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos Nobres Pares ao Projeto de Lei em questão a fim de que se reforce, no âmbito do Município, o compromisso com o Combate ao Racismo.

Sala de sessões, 16 de dezembro de 2021.

**MANDATO COLETIVO
RAMON TODAS AS VOZES**

